



CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO SÃO FRANCISCO

Ata da 53ª Reunião Extraordinária da
Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco
do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Data: 28 de abril de 2009, às 09:00 horas

Local: Sede Sisema Divinópolis

Endereço: Rua Bananal, nº 549 – Bairro Santo Antônio - Divinópolis/MG

1 Conselheiros presentes: Roberto Ferreira Barbosa, primeiro Suplente e Assessor
2 Especial da SEMAD, representante da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e
3 Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais; Lucélio Nativo Assunção, Secretária de
4 Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE; Átila Alves e Costa, representante da
5 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG; Marcelo Ferreira
6 Guimarães, representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos
7 Naturais; Edécio José Cançado Ferreira, Representante da Federação da Agricultura e
8 Pecuária do Estado de Minas Gerais - FAEMG; Camilo de Lélis André Melo,
9 representante da Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de
10 Serviços do Estado de Minas Gerais – Federaminas; Marcos Antônio Ferreira Veloso,
11 do Conselho Regional de Engenharia – CREA; representante de entidades civis
12 representativas de categorias de profissionais liberais; Wellington Dias Silveira,
13 representante da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento –
14 SEAPA; Dirceu de Oliveira Costa, representante Conselho Municipal de Meio
15 Ambiente – Codema – Pains; Antônio Maria Claret Ribeiro, representante da Secretaria
16 de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – SEDRU; Francisco de
17 Assis Braga, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES;
18 Roberto Soares Nogueira, representante Associação dos Usuários da Bacia do Rio Pará;
19 Fábio Galindo Silvestre, representante do Ministério Público; Sérgio Ricardo Bueno,
20 representante da Polícia Militar de Minas Gerais; Pedro Coelho Amaral, representante
21 da Prefeitura Municipal de Divinópolis; Maria do Carmo Ramos Siqueira, representante
22 da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais,
23 FETAEMG; Marcos Antônio Vilela, representante Grupo Ar – Divinópolis; **Abertura:**
24 - Roberto Ferreira Barbosa – Primeiro Suplente e Assessor Especial da SEMAD –
25 Presidiu a reunião e convidou a todos para ouvirem e cantarem o Hino Nacional. – **Hino**
26 **Nacional Brasileiro** - Roberto Ferreira Barbosa – Primeiro Suplente e Assessor
27 Especial da SEMAD – Cumprimentou a todos e anunciou a presença do Senhor Pedro
28 Coelho Amaral, Secretário de Meio Ambiente de Divinópolis, representando o senhor
29 prefeito municipal. **3 – Comunicado aos Conselheiros.** – Dirceu de Oliveira Costa –
30 Representante CODEMA/Pains – Sugeriu que as reuniões fossem realizadas duas vezes
31 por mês para maior agilidade e rapidez nos processos. - Roberto Ferreira Barbosa –
32 Primeiro Suplente e Assessor Especial da SEMAD – Informou que a proposta será
33 examinada. – Edécio José Cançado Ferreira – Representante FAEMG – Solicitou
34 informações sobre o cancelamento da votação da última reunião sobre o processo da
35 transposição dos trilhos da cidade de Divinópolis. Maria Cláudia Pinto –
36 Superintendente SUPRAM – ASF – Informou que foi um cancelamento da votação,
37 uma vez que alguns conselheiros votaram em dúvida. – Camilo de Lélis André Melo –



38 Representante FEDERAMINAS – Salientou que de acordo com o Art. 9 do decreto que
39 rege o COPAM, quando o presidente for substituído, deverá ocupar o cargo o membro
40 mais antigo do conselho. Discordou do cancelamento da votação na 52ª. Reunião -
41 Roberto Ferreira Barbosa – Primeiro Suplente e Assessor Especial da SEMAD –
42 Informou que a situação de cancelar a votação não vai ocorrer mais. – Edécio José
43 Cançado Ferreira – Representante FAEMG – Informou do seu descontentamento em
44 relação a 52ª. Reunião e que considerou a reunião como uma audiência pública e que se
45 sentiu ofendido pelas acusações levianas e suspeições sobre o conselho e pelas
46 manifestações ocorridas durante a reunião. – Sônia Maria Tavares Melo – SUPRAM –
47 ASF – Informou que será encaminhado aos conselheiros o novo decreto que fala sobre a
48 nova formação do COPAM e a questão dos suplentes. **Item 4 – Treinamento dos**
49 **Conselheiros sobre a aplicação de penalidades (decretos 39424/98, 44309/06 e**
50 **44844/08). Apresentação SUPRAM – ASF.** - Roberto Ferreira Barbosa – Primeiro
51 Suplente e Assessor Especial da SEMAD – Houve uma inversão de pauta e o item 5 foi
52 discutido primeiro e após a discussão foi apresentado o treinamento sobre auto de
53 infração. **Item 5 – Processo Administrativo para exame de Licença de Instalação:**
54 **5.1 – Companhia de Transmissão Centroeste de Minas. Linhas de Transmissão em**
55 **345 KV Furnas – Pimenta II e demais instalações associadas – Linhas de**
56 **transmissão de energia elétrica – São José da Barra, Capitólio, Piumhi,**
57 **Pimenta/MG. PA/Nº12701/2006/002/2008. Classe 5. Apresentação SUPRAM – ASF**
58 **(RETIRADO DE PAUTA NA 50ª RO). Responsável técnico AGRAR Consultoria e**
59 **Estudos Técnicos SC Ltda. Conclusão da análise favorável a concessão da Licença**
60 **de Instalação pela validade de 2 anos.** Foi realizada uma apresentação pelos técnicos
61 da SUPRAM-ASF referente à linha de transmissão Furnas – Pimenta II. – Paula –
62 SUPRAM – ASF – *“Essa apresentação é referente ao processo da linha de transmissão*
63 *345 KV, que parte da subestação de Furnas e vai até a subestação de Pimenta. Ela é*
64 *denominada Furnas-Pimenta II por ser a segunda linha de transmissão que vai ser*
65 *implantada nesse percurso e demais instalações associadas. O tipo de licença é uma*
66 *licença de instalação. Ela vai abranger os municípios de São José da Barra, São João*
67 *Batista do Glória, Capitólio, Piumhi e Pimenta. São os municípios que vão ser*
68 *atravessados por essa linha. A atividade é linha de transmissão de energia elétrica, são*
69 *linhas de transmissão aéreas. O porte do empreendimento é grande. O potencial*
70 *poluidor é médio. A classe é 5 de acordo com a DN 74 de 2004. O código é E02038 e o*
71 *parâmetro para classificar esse empreendimento é a tensão. A principal atividade é a*
72 *linha de transmissão de energia e não há uso de água, nesse empreendimento. Nos*
73 *aspectos construtivos não vai ser necessário o processo de outorga para a construção,*
74 *mas existe a intervenção em recursos hídricos. Os principais impactos positivos são a*
75 *geração de empregos, o aquecimento das atividades do setor terciário e o aumento da*
76 *arrecadação de impostos dos municípios. E também, a ampliação da oferta de energia.*
77 *Nós temos os impactos no meio físico, a redução dos processos erosivos e transporte de*
78 *sedimentos para os cursos d’águas. Os riscos de contaminação do solo e das águas*
79 *superficiais. O aumento do nível de ruídos. As supressões de vegetação para abertura*
80 *dos acessos e a criação de infra-estruturas para transposições como pontes e demais*
81 *acessos. A fragmentação e a eliminação dos hábitat para a fauna. O aumento das*
82 *atividades energéticas, que são as atividades de caça e alteração da população da*
83 *fauna. Nós ainda temos a possibilidade de acidentes com aves, a interferência em*
84 *unidades de conservação, que nesse caso, é o Parque Nacional da Serra da Canastra.*
85 *Nós temos perdas patrimoniais e restrição do uso do solo para a população que vai ser*



86 atingida. A realocação dessa população, dos proprietários que vão ser diretamente
87 afetados e precisam ter toda a propriedade desapropriada. O aumento da carga sobre
88 equipamentos sociais. Impacto do tráfego com veículos e acessibilidade no tráfego
89 aéreo e de aeroportos. Nós temos também, as expectativas positivas e negativas da
90 população com relação ao empreendimento, mais uma apreensão da população sobre o
91 que o empreendimento vai trazer, o que ele vai causar. A emissão de ruídos e a criação
92 de campos elétricos magnéticos e a alteração da paisagem. Como medidas mitigadoras,
93 a empresa apresentou os programas ambientais numa tentativa de mitigar ou
94 compensar os impactos. Nós temos um programa de gestão ambiental, que é o
95 programa que vai gerir todos os outros programas. O programa de construção do PAC
96 que dentro desse programa nós temos subprogramas, um subprograma para redução
97 de ruídos, gerenciamento de resíduos sólidos, de lançamento de cabos condutores de
98 segurança e alerta as detonações de redução de interferência para equipamentos para
99 a paisagem. Nós temos o programa de prevenção e contenção de processos erosivos. O
100 programa de supressão de vegetação, de recuperação de áreas degradadas que dentro
101 desse programa nós temos o subprograma de vegetação para recuperar essas áreas e o
102 subprograma de monitoramento das áreas. Nós ainda temos o programa de manejo da
103 fauna ativa das áreas florestadas, aquelas áreas que vão ser suprimidas da fauna, ela
104 vai ser realocada. Nesse programa, nós temos o subprograma de monitoramento da
105 fauna. Um programa de compensação ambiental, que vai tratar das compensações
106 ambientais pertinentes, que seria do SNUC, que seria compensação pecuniária da 369
107 que é a compensação para recuperação das áreas de preservação permanente afetadas.
108 O programa de comunicação social, que seria o contato do empreendedor com os
109 afetados. O de saúde pública de gestão fundiária e o programa de gestão interferência
110 com direitos minerários que nós estaríamos tratando nesses dois programas sobre a
111 desapropriação e o pagamento pelas áreas que vão constituir faixa de servidão ou que
112 serão necessárias a desapropriação. Como condicionante nós ainda pedimos um laudo
113 final do Corpo de Bombeiros, para o canteiro de obras atestando que essas retificações
114 têm todas as medidas de combate e prevenção a incêndio. Ainda, providenciar as
115 outorgas junto aos órgãos competentes. Caso seja necessário reparar pontes, construir
116 novas travessias e sobre todos os cursos d'água que vão sofrer algum tipo de
117 interferência. Nós pedimos que o empreendedor apresentasse um novo programa de
118 educação ambiental, nos moldes que atendessem a DN 110 de 2007. Nós ainda, assim,
119 após a concessão da licença se essa for a decisão, apresentar autorização do
120 documento de posse ou servidão das áreas de terceiros que serão destinadas às infra-
121 estruturas. Nesse caso, para compensar a lei 11.428 que fala de Mata Atlântica, ele vai
122 ter que apresentar uma área mínima 6.400 metros quadrados que é a quantificação da
123 área dessa tipologia que vai ser suprimida. A empresa, também, vai ter que apresentar
124 um PTRF contemplando uma área mínima de 31.500 metros quadrados para
125 compensar a interferência nas áreas de preservação permanente que não fazem parte
126 da tipologia de Mata Atlântica. Aí são os dois tipos de torres que serão implantados,
127 são tipo alto portantes e estaiadas. Existe uma diferença no tamanho da praça de
128 montagem dessas torres. Algumas fotos da travessia. Nós temos a saída da subestação
129 em Pimenta, que na foto à direita nós encontramos uma área recoberta de campo limpo
130 e campo sujo. A Serra da Pimenta, a Serra da Grota Feia que serão locais que nós
131 teremos a implantação dessas torres. O alinhamento do traçado por algumas áreas de
132 cultivo. Outras áreas com diferentes tipologias que nós notamos que em algumas áreas
133 nós temos uma vegetação mais aberta, outras nós temos uma vegetação mais adensada.



134 *Pode passar. Nós temos a chegada da travessia com o rio Turvo. O traçado vem*
135 *seguindo mais ou menos nessa direção. Aqui, será implantada uma torre e bem aqui*
136 *nessa ilha, na ponte do Turvo nós temos outra torre, aqui, que como eu mencionei no*
137 *parecer não existe alternativa técnica e locacional para essa torre, porque do lado de*
138 *cá, depois da rodovia, nós já temos o Parque da Serra da Canastra, isso aqui já é a*
139 *área do Parque e do lado de cá nós temos o lago. A linha estará saindo por aqui assim,*
140 *mas para atravessar, para cruzar o Turvo a torre tem que ser implantada nesse local.*
141 *Partindo daquele ponto, ele vai seguir por essa área de cerrado. Continua, ele vai*
142 *passar por uma grotta, por um fundo de vale e nesse ponto ele vai, daqui para cá, ele*
143 *vai atravessar o lago, que vai encontrar com essa outra área e vai chegar à subestação*
144 *de Furnas através dessa área com topografia mais inclinada. Daqui ele passa já, para*
145 *a subestação de Furnas. Aqui é aquele ponto de travessia que eu acabei de mostrar,*
146 *que tem a ponte aqui do rio Turvo. O traçado ele segue cruzando por aqui, até o ponto*
147 *de cruzamento com o lago. Ele passa atrás do Buraco dos Tucanos, chega aqui no*
148 *Morro dos Cabritos, onde ele atravessa o quênion e chega à subestação de Furnas. Eu*
149 *gostaria de chamar a atenção para esse slide é que os quênions que têm atração*
150 *turística e que o pessoal de Furnas, eles fazem visitas da região de Furnas, vem*
151 *visitar e tem as cachoeiras, são esses quênions aqui. Cascata, Cascatinha, Lagoa Azul e*
152 *o Buraco dos Tucanos. A linha estará passando aqui por trás. Só para demonstrar a*
153 *distância que está desses quênions, a distância que a linha estará desses quênions e a*
154 *impossibilidade de vista mesmo de dentro desses quênions da linha de transmissão. –*
155 *Várias autoridades, pessoas da comunidade e empresários fizeram pronunciamento e*
156 *solicitaram a modificação do traçado das linhas de transmissão. Afirmaram que essa*
157 *linha de transmissão irá trazer prejuízos para o turismo da região. Sugeriram aproveitar*
158 *o traçado de uma linha já existente ou se fosse possível, passar por dentro da área do*
159 *Parque Nacional da Serra da Canastra, o que foi informado não ser possível. Fizeram os*
160 *seus depoimentos: Luís Carlos de Pádua – Presidente do Circuito Turístico Nascentes*
161 *das Gerais, Alisson Almado – Vereador de Capitólio e corretor de imóveis em Escarpas*
162 *do Lago, Eli Fernandes – Cidadão Capitolino, Vicente de Paulo – Empreendedor do*
163 *Lago de Furnas, Dalmir Rodrigues – Vereador de Capitólio, José Gonçalves Machado –*
164 *Prefeito de Capitólio, Advaldo Resende - Procurador da Câmara Municipal de*
165 *Capitólio. - Antônio César Oshiro – Representante Centroeste – Informou que as*
166 *alterações sugeridas não teriam condições de serem realizadas. “Os carregamentos*
167 *mecânicos e elétricos são impossíveis de se fazer uma alteração apenas estrutural. É*
168 *preciso fazer um novo projeto básico, rever todo o carregamento da linha, rever todo o*
169 *estudo elétrico, alteração de largura de faixa, fazer um novo estudo de impacto*
170 *ambiental, construir um novo empreendimento. Parte-se do zero, não há nenhuma*
171 *possibilidade de fazer aproveitamentos. O que pode ser aproveitamento apenas os*
172 *acessos que lá existem e mais nada. Não existe outra condição de fazer aproveitamento*
173 *dessa linha existente. Eu não sei de onde a pessoa retirou essa colocação. Gostaria de*
174 *saber quem foi que colocou isso e não sei que área que a pessoa é para falar que fazer*
175 *alteração numa estrutura consegue-se colocar outra linha. Não existe isso.” – Rodrigo*
176 *– SUPRAM – ASF – Informou que: “A questão do traçado e tecnologia nós avaliamos*
177 *isso tudo no nosso parecer técnico, nós discutimos em campo, percorremos metro a*
178 *metro, sobrevoamos o local. Como eu já havia falado com o nobre conselheiro, nós*
179 *temos a criação do Lago de Furnas e ele foi construído para geração de energia*
180 *elétrica e também aos múltiplos usos que é também a questão do turismo. Os pontos*
181 *turísticos que passaram na reportagem do Jornal Hoje, da Rede Globo, são as*



182 *cachoeiras, onde nós estivemos de barco e realmente não dá para avistar nenhuma*
183 *torre. Não afetar esses pontos. A questão dos múltiplos usos do lago vai ser respeitada*
184 *porque não tem a implantação física que vá atrapalhar o trânsito de barcos e outras*
185 *coisas. Nesse mesmo ponto já existe uma linha que passa paralela a essa ponta e que só*
186 *vê a boia e não vê o cabo. É praticamente invisível. As tecnologias de lançamento do*
187 *cabo são propostas e o impacto é o mínimo que vai arrastar. Nós discutimos o trecho*
188 *que vai ser utilizado com trator, e é uma faixa pequena. Um trator puxa e depois faz o*
189 *içamento dos cabos. A vegetação no ponto que vai ser afetada vai regenerar. No ponto*
190 *que elas linhas passam dentro de propriedades, ela é restritiva à faixa de servidão.*
191 Dirceu Costa – Representante Codema – Pains – Sugeriu como condicionante
192 apresentar proposta de criação de Centro de Educação Ambiental no município de
193 Capitólio, inclusive com educação turística. Sugeriu também, como condicionante,
194 apresentar projeto para manutenção e readequação das estradas de acesso ao
195 empreendimento, ambas na formalização da LO. E por fim sugeriu: “*como é de*
196 *conhecimento de todos, o município de Capitólio está criando a unidade de*
197 *conservação e que essa unidade de conservação seja parte beneficiada no pagamento*
198 *da compensação ambiental. Não vai onerar nada, pois a empresa já vai pagar. Porém,*
199 *já existe uma condicionante na LP, na anuência do Ibama que solicita o pagamento da*
200 *compensação ambiental para o parque. Então, que contemple uma vez criada essa*
201 *unidade de conservação.*” Encerradas as discussões, foi colocado em votação em duas
202 etapas. Na primeira foi votado o parecer favorável à concessão da licença de instalação
203 e foi **APROVADO** com 4 votos contrários e uma abstenção do conselheiro Lucélio
204 Nativo Assunção, representante da Cemig. Na segunda foram votadas as condicionantes
205 sugeridas, e foram **APROVADAS** por unanimidade. – Francisco de Assis Braga –
206 Representante ABES – Justificou seu voto contrário: “*Pela argumentação que eu*
207 *apresentei. Se nós temos uma alternativa, mesmo que difícil e legalmente precisa mudar*
208 *alguma coisa, mas se ela existe e é mais interessante ambientalmente do que a*
209 *alternativa aprovada, então, nesse sentido eu votei contra*”. – Marcos Antônio Vilela –
210 Grupo Ar/Divinópolis – Justificou o voto contrário concordando com a posição do
211 professor Francisco e ressaltando que não estava se sentindo totalmente esclarecido
212 quanto à possibilidade de alteração do traçado da linha. – Dirceu de Oliveira Costa –
213 Representante CODEMA/Pains – Justificou: “*Como eu estou aqui representando a*
214 *sociedade civil e tentando preservar o meio ambiente, votando, do ponto de vista*
215 *técnico, o próprio representante da empresa, a pessoa que fez a defesa da empresa do*
216 *ponto de vista técnico não quis responder que o empreendimento instalado dentro da*
217 *unidade de conservação integral, tecnicamente, seria mais viável do que onde foi*
218 *aprovada aqui hoje, eu resolvi votar contrário a instalação desse empreendimento,*
219 *nesse local, e da forma como foi feito.*” – Fábio Galindo Silvestre – Representante
220 Ministério Público – Também justificou: “*O meu voto é contrário a concessão da*
221 *licença de instalação, porque também estou convencido que não estamos aprovando*
222 *aqui a melhor alternativa técnica e a melhor alternativa ambiental para o*
223 *empreendimento.*” – **Item 4 – Treinamento dos Conselheiros sobre a aplicação de**
224 **penalidades (Decretos 39.424/98, 44.309/06 e 44.844/08. Apresentação SUPRAM –**
225 **ASF.** Foi realizada apresentação pela Dra. Sônia Maria Tavares Melo, Dra. Sônia
226 Godinho e Dra. Daniela Diniz do Núcleo Jurídico da SUPRAM – ASF. Logo após a
227 apresentação foi realizada uma exposição prática junto ao processo do item 7 –
228 Processos Administrativos para exame de Auto de Infração. – **Item 6 – Processo**
229 **Administrativo para Exame de Auto de Infração – 6.1 – TFA Comércio de**



230 **Combustíveis Ltda. Posto revendedor de combustíveis. Bom Despacho/MG. AI N°**
231 **1570/2004. PA/N° 1348/2001/002/2004. Apresentação FEAM. Retirado de pauta na**
232 **52ª. RO. Pela aplicação da penalidade de uma multa no valor de R\$ 35.000,70.**
233 **Sônia Godinho – SUPRAM – ASF –** Apresentou um relatório sobre o processo de auto
234 de infração do empreendedor. - Roberto Ferreira Barbosa – Primeiro Suplente e
235 Assessor Especial da SEMAD – Solicitou que o material fosse disponibilizado para
236 servir de consulta para os conselheiros. - Francisco de Assis Braga - Representante
237 ABES: Ressaltou que *“Com relação a atenuantes, a questão da ausência de*
238 *ocorrências anteriores não poderia ser um fator atenuante e segundo ponto, a questão*
239 *de ser um novo proprietário. Eu fiquei na dúvida no seguinte, até perguntei para o*
240 *capitão se ele sabia, porque a meu ver caberia uma advertência em virtude dessa*
241 *situação e não a aplicação de uma multa imediatamente, tendo em vista o*
242 *empreendedor não ter nenhuma autuação – é isso que você queria ouvir Camilo? Pois*
243 *é, eu sou correto com o que tem que ser – então é uma advertência porque ele não tem*
244 *ocorrências anteriores e é um proprietário novo. Agora, vem à questão que eu estava*
245 *perguntando, se há uma DN definindo prazos para que os postos de gasolina estejam*
246 *ambientalmente adequados como aconteceu com o setor siderúrgico, eu não sei se é*
247 *esse o caso, mas de qualquer forma eu gostaria de saber a questão da possibilidade de*
248 *se o decreto previu ou previa a ausência de ocorrências anteriores ou até o fato de ele*
249 *ser um proprietário novo. Então, o posto não tinha nenhuma ocorrência, o proprietário*
250 *novo, de repente uma advertência seria – qual que é o termo que eu usei – de mais bom*
251 *senso do que simplesmente emitir uma multa extremamente pesada. Esse é o meu*
252 *raciocínio.”* - Cláudio – Representante TFA Combustíveis: Apresentou vários
253 argumentos de defesa e salientou que: *“Uma coisa que deve ser levado em consideração*
254 *é a seguinte: houve reparação imediata do dano. Então quer dizer, o que nós propomos*
255 *aqui? A reparação do meio ambiente ou o direito penal máximo que é a pena? Então*
256 *não é isso. Outra coisa que já foi questionado na audiência passada. Foi verificada*
257 *atenuante e não foi verificada outra. Agora o que eu estou questionando aqui é o ato de*
258 *infração. O ato administrativo Doutora, se a senhora me permitir, se eu estiver errado*
259 *me corrija, ele tem que ser eficaz, válido e perfeito. Ele não foi perfeito. Por que ele*
260 *não foi perfeito? Não basta uma mera rubrica. Se eu rubricar e falar que não é minha?*
261 *Eu tenho que ter alguém para eu responsabilizar. Eu não posso simplesmente ficar a*
262 *“Deus-dará” não. Quando a Dra. Cláudia fala que a prova é nossa, não, porque nós*
263 *estamos na teoria da transcendência dos motivos da prova. Estou eu e o agente, quem*
264 *pode provar? O Estado tem palavra absoluta ou nós estamos no poder do estado*
265 *imperativo, poder de policia do Estado. Não, aqui um conselheiro tem que ponderar as*
266 *condições. O ato não tem validade. Por quê? Porque não tem nem como defender.*
267 *Como é que eu vou fazer um ato e depois não sei nem com quem recorrer? A validade*
268 *do ato tem que ser válida, tem que ser eficaz. Foi eficaz, agora, não foi perfeito. Como*
269 *é que eu vou me defender de um ato administrativo sem a sua perfeição que é um*
270 *requisito básico dos atos administrativos.* - Roberto Ferreira Barbosa – Primeiro
271 Suplente e Assessor Especial da SEMAD – Colocou em votação e foi **APROVADA** a
272 aplicação da multa em R\$ 35.000,70. *“Conselheiros, aqui, eu acredito que todo mundo,*
273 *que nenhum de nós, na verdade, num caso desses, gostaria efetivamente, eu estou*
274 *dizendo sobre microfone da aplicação da multa nesse valor. Certo seria uma*
275 *advertência, seria uma multa mais baixa, se possível fosse, principalmente pelo*
276 *empreendimento ter imediatamente sanado o problema. Agora, nós vamos votar é de*
277 *acordo com os autos que estão aqui. Eu coloco em votação pela aplicação da multa, da*



278 penalidade e o valor de R\$35.000,70. Quem for favorável a esse parecer permaneça
279 como está. Por favor, não vamos criar problemas. Quem for favorável a aplicação da
280 penalidade de uma multa no valor de R\$ 35.000,70 permaneça como está. Aprovada a
281 aplicação da multa nesse empreendimento TFA Comércio de Combustíveis Ltda uma
282 multa no valor de R\$ 35.000,70 com 3 votos contrários e 9 votos favoráveis.”– Átilla
283 Alves Costa – Representante FIEMG – Justificou o voto por achar que a assinatura do
284 agente fiscalizador era de extrema importância principalmente pelo valor da multa. –
285 Edécio José Cançado Ferreira – Representante FAEMG – Justificou concordando com
286 a posição do conselheiro Átilla e sendo assim que não deveria proceder a aplicação da
287 multa. – Camilo de Lélis André Melo – Representante FEDERAMINAS – Justificou
288 concordando com os conselheiros e que deveria ter a identificação do agente público
289 com o Masp. - **Item 6.2 – Ascânio Turismo e Excursões Ltda. Posto de**
290 **abastecimento de combustíveis. Divinópolis/MG. AI Nº 1278/2004 – PA/Nº**
291 **1565/2004/001/2004. Apresentação FEAM. (RETIRADO DE PAUTA NA 52ª RO).**
292 **Parecer pela aplicação da penalidade de 2 multas no valor de R\$10.001,00 cada**
293 **uma.** Os conselheiros, Francisco de Assis Braga e Marcos Antônio Vilela solicitaram a
294 presidência licença para se retirar. – Átilla Alves Costa – Representante FIEMG –
295 Informou que o empreendedor estava presente na outra reunião e informou que
296 regularizou a situação dele. Foi colocado em votação e foi **APROVADA com 2 votos**
297 **contrários** a aplicação de 2 multas no valor de R\$ 10.001,00 cada uma. – Átilla Alves
298 Costa – Representante FIEMG – Justificou que a apresentação oral deveria ser levada
299 em consideração, portanto, votou contrário. – Camilo de Lélis André Melo –
300 Representante FEDERAMINAS – Justificando ressaltou que não houve dano maior ao
301 meio ambiente e que deveria considerar a apresentação oral, por isso votou contrário.
302 **Item 7 – Processos Administrativos para exame de Pedido de reconsideração de**
303 **Auto de Infração: 7.1 – Ical – Indústria de Calcinação Ltda. Fabricação de cal**
304 **virgem, hidratada ou extinta. Pains/MG. AI Nº 3346/2005 – PA/Nº**
305 **01162/2002/013/2006. Apresentação FEAM. (RETIRADO DE PAUTA NA 52ª**
306 **RO). Parecer pela aplicação da penalidade de uma multa no valor de R\$50.001,00.**
307 – Átilla Alves Costa – Representante FIEMG – Salientou que o processo estava datado
308 de 2005 e foi assinado em 05 de fevereiro de 2009, um período de 4 anos de tramitação
309 na SUPRAM e que estava sendo cobrados juros de 1% ao mês sendo que a culpa não
310 era do empreendedor. – Sônia Maria Tavares Melo – SUPRAM – ASF – Corrigiu o
311 valor da multa que é de R\$ 50.001,00. – Flávia – Assessora jurídica da Ical e
312 representante da empresa – Apresentou os argumentos de defesa: “*Em relação à*
313 *correção dos valores, tanto o decreto 39.424, quanto seus sucessores, eu trago essa*
314 *questão aqui e pediria, é uma questão polêmica. O auto de infração foi lavrado em*
315 *dezembro de 2005, o primeiro parecer jurídico da FEAM foi apenas em janeiro de*
316 *2008. A previsão legal é de que os autos têm que ser corrigidos, os valores das multas*
317 *tem que ser corrigidos a partir da data da autuação. Nós vemos a inércia dos órgãos*
318 *ambientais em analisar esses autos de infração que está trazendo um prejuízo*
319 *financeiro muito grande para as empresas. Eu gostaria de pedir que isso fosse*
320 *analisado. Esse valor de 50.000, como a Dra. Sônia colocou, pelo decreto 39.424, ele*
321 *inicialmente foi colocado em 53.000, mas pelo decreto, então vigente, o 44.844, ele traz*
322 *o valor agora para 50.000. Nós temos uma atualização de valores, mas como nós*
323 *ficamos, tem uma correção para 50.000, mas quando ele for, se for a decisão desse*
324 *conselho, quando ele for efetivamente corrigido ele vai ser corrigido a partir de*
325 *quando? Quando o conselho definir pela multa, pela decisão administrativa definitiva*



326 ou pela data da autuação? Aqui, o parecer jurídico da FEAM é pela correção também,
327 aplicação de juros moratórios a partir da data da autuação ou a partir... isso está
328 muito confuso, entendem? O empreendedor está ficando a mercê desses valores que a
329 legislação está muito confusa em relação a isso. Eu vejo que empreendedor está sendo
330 muito prejudicado em relação a essa questão de colocar correção monetária ante a
331 inércia dos órgãos ambientais. Porque esse processo simplesmente ficou parado, sem
332 qualquer movimentação na procuradoria jurídica da FEAM, por praticamente 3 anos.
333 Nós temos uma autuação em dezembro de 2005 e um parecer jurídico, apenas, em
334 janeiro de 2008. É o primeiro ponto que eu queria colocar para os senhores. O segundo
335 ponto é em relação à reparação dos danos que foi imediata. Aqui nós tivemos um
336 descumprimento de condicionantes, que foi um pequeno lapso temporal em relação à
337 construção do sistema de drenagem e bacia de contenção. A reparação do dano foi
338 imediata. O sistema de drenagem foi vistoriado, recentemente, pelo IBAMA com
339 elogios, inclusive. O sistema de monitoramento tem laudos de eficiência que são
340 comprovados no processo de licenciamento. A reparação do dano foi imediata, razão
341 pela qual nós pedimos a redução de 50% do valor da multa. Pedimos também, que os
342 outros 50% sejam revertidos em medidas de interesse ambiental. Inclusive, eu peço o
343 prazo para apresentar, para que seja assinado um termo de compromisso com algum
344 órgão ambiental, para que nós possamos achar a melhor forma possível, sejam
345 medidas de educação ambiental, na comunidade local de Pains. A empresa já tem um
346 projeto de educação ambiental na comunidade, isso pode ser aperfeiçoado mediante os
347 outros 50%. Há atenuantes que também precisam ser reconhecidas. Eu pediria,
348 inclusive, tem atenuante do próprio decreto 39.424 que eu posso mencionar para os
349 senhores, efetividade das medidas adotadas, a menor gravidade dos fatos e suas
350 conseqüências para o Meio Ambiente e a colaboração com o órgão ambiental. Além
351 disso, eu gostaria de pedir mais uma vez a questão que isso fosse trazido para o debate,
352 para a discussão, porque o empreendedor não pode ficar a mercê. Esses processos da
353 FEAM estão, não é meu único cliente e eu falo que isso está acontecendo em diversos
354 processos. Eu tenho certeza que vocês estão aqui, esse conselho está julgando, agora,
355 esses processos que estão sendo desenterrados, desculpa a expressão, mas estão sendo
356 desenterrados lá na FEAM. Isso está acontecendo com outros empreendedores, eu não
357 acho isso justo, eu não acho isso correto, a legislação não está correta nesse sentido.
358 Porque a correção monetária seria justa se o processo fosse ágil, esse julgamento fosse
359 ágil, mas convenhamos, um processo que está enterrado, que ele ficou enterrado 3, 4
360 anos, inclusive como foi. Nós vimos um processo aqui, anterior, que foi lavrado em
361 2004 e convenhamos, ele teve uma decisão hoje e nem sabemos se será uma decisão
362 administrativa definitiva, que ainda cabe um recurso. É muito complicado, a inércia foi
363 muito grande da FEAM em ficar enterrando esses processos. A empresa está à
364 disposição, inclusive, convida os conselheiros para conhecer o sistema de drenagem
365 que é eficiente. As bacias de contenção é um sistema muito eficiente, muito elogiado,
366 está a disposição dos senhores conselheiros conhecerem, e ver que foi um lapso
367 temporal de meses que, infelizmente, acabou gerando uma infração numa multa tão
368 onerosa, mas a empresa quer reparar, revertendo em medidas de educação para a
369 própria comunidade, educação ambiental.” O processo foi **BAIXADO EM**
370 **DILIGÊNCIA** para acompanhamento das medidas de reparação dos danos causados.
371 Foi sugerida proposta para conversão de 50% da multa em medidas de interesse
372 ambiental. Foi concedido um prazo de 10 dias para apresentação de documentos e
373 proposta para análise da SUPRAM-ASF. - **Item 7.2 – Sidersa Transportes Ltda.**



374 **Posto de abastecimento de combustíveis automotivos. Itaúna/MG. AI N° 1308/2004**
375 **– PA/N° 1110/2003/002/2004. Apresentação FEAM. (RETIRADO DE PAUTA NA**
376 **52ª RO). Parecer pela aplicação da penalidade de 2 multas no valor de R\$5.000,50**
377 **cada.** Foi colocado em votação e foi **APROVADO** por unanimidade o parecer pela
378 aplicação da penalidade de 2 multas no valor de R\$5.000,50 cada. - **Item 8 – Assuntos**
379 **Gerais.** – Roberto Soares Nogueira – Associação dos Usuários - Convidou a todos os
380 presentes para a reunião a ser realizada na Câmara Municipal de Divinópolis, às 16:00
381 hs de hoje sobre tema Sustentabilidade na Área Rural. Dirceu Costa – Codema – Pains –
382 Manifestou a satisfação dele com relação a forma como foi conduzido o processo de
383 licenciamento ambiental contando com a participação popular. *“Hoje estou convicto que*
384 *as coisas podem mudar, estão mudando e com a contribuição de cada um de nós, das*
385 *empresas, da sociedade civil organizada, podemos caminhar para uma melhoria do*
386 *meio ambiente e uma garantia de qualidade de vida para as futuras gerações e as*
387 *presentes também que serão afetadas por nossas decisões. Gostaria de manter aquela*
388 *proposta de se criar um grupo de trabalho para discutir a forma que são aplicadas as*
389 *multas.”* - Roberto Ferreira Barbosa – Primeiro Suplente e Assessor Especial da
390 SEMAD – Reforçou ainda *“Isso é um ponto que gostaria de discutir com você para nós*
391 *aprofundarmos e na próxima reunião nós apresentemos alguma coisa nesse sentido*
392 *desde que seja factível, porque se não começamos a pensar coisas que vamos trabalhar,*
393 *trabalhar e que não tem sentido e não vale a pena. A sua ideia é muito boa e nós*
394 *podemos contribuir. Eu queria te dizer que a filosofia da SEMAD, do Sisema é de*
395 *melhoria contínua. “Se nós conseguirmos trazer isso para cá também, eu acho que*
396 *somos vitoriosos, nós, porque os debates por mais acalorados que sejam são fantásticos*
397 *e a cada dia que passamos aqui, aprendemos mais e mais.”* – Camilo de Lélis Andre
398 Melo – Representante Federaminas – Cumprimentou o presidente pela forma que
399 conduziu a reunião e parabenizou a assessoria jurídica da SUPRAM-ASF. – Antônio
400 Claret – Representante SEDRU – Sugeriu que as reuniões acontecessem de forma
401 itinerante devido ao caráter pedagógico e educativo delas. Roberto Ferreira Barbosa –
402 Primeiro Suplente e Assessor Especial da SEMAD – Respondeu que todos nós, estado,
403 empresas e a sociedade de um modo geral, estamos vivendo uma situação de extrema
404 dificuldade, e com as reuniões sendo realizadas em Divinópolis há uma redução de
405 custos para a secretaria. Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

406
407
408
409
410

Shelley de Souza Carneiro
Secretário Adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e
Presidente da URC Alto São Francisco